

Ata da Segunda Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos quatorze de fevereiro de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abrucez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Luiz Gustavo Gothardo para proferir o seguinte texto: Carta de São Pedro – Capítulo 3, versículos 8 a 12 “Finalmente, tenham todos a mesma atitude, sejam compassivos, cheios de amor fraterno, misericordiosos e de espírito humilde. Não paguem o mal com o mal, nem o insulto com outro insulto; pelo contrário, abençoem, porque para isso vocês foram chamados, isto é, para serem herdeiros da benção. De fato, aquele que ama a vida e deseja ver dias felizes guarde sua língua do mal e seus lábios de proferir mentiras; afaste-se do mal e pratique o bem, busque a paz e procure segui-la. Porque os olhos do Senhor estão sobre os justos e seus ouvidos estão atentos à prece deles. Mas o rosto do Senhor se volta contra os que praticam o mal.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abrucez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação da Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: Do Senhor Prefeito foram lidos: 1. Ofício DER n.º 012/2013, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal para concessão de pro labore, no exercício de 2013, aos servidores públicos estaduais ocupantes do cargo público de policial militar, na forma que especifica; 2. Ofício DER n.º 013/2013, encaminhando Projeto de Lei que dá nova redação, conforme especifica, à Lei n.º 1.469/2003, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, e dá outras providências, depois de lidos foram os referidos projetos

encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer. Antes do término da leitura do Ofício DER nº 013/2013 o Sr. Fábio Augusto Pina pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por dez votos favoráveis, sendo dois contrários dos Srs. Alexandre da Silva Santos e William de Souza Silva. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Requerimentos: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Central Park Estacionamento Digital – empresa responsável pela Zona Azul, informar quantas vagas de estacionamento digital e rotativo estão disponíveis à população e quantas vagas são para idosos e quantas são Portadores de Necessidades Especiais e onde estão localizadas exatamente as vagas; 2. Dos Srs. Rodrigo da Silva Blanco-Magrão, Gerson Antonio-Gerson do Gás e Alexandre da Silva Santos-Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a regularidade das casas de eventos públicas e privadas do Município de Jaguariúna, entre outras questões; 3. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando à Concessionária Renovias colocação da sinalização de “Retorno” entre a Estrada do Condomínio das Duas Marias e o Trevo do Bairro Roseira, no sentido Mogi Mirim/Campinas, na SP-340; 4. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando às Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. Implantação de itinerário de ônibus circular urbano passando pela rua Minas Gerais até o Distrito Industrial de Jaguariúna; 4. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre qual data está prevista para início de funcionamento do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, do bairro João Aldo Nassif; 5. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informar relação de todas as despesas a pagar liquidadas, constando nome, número do empenho, vencimento e valor, e o real valor da dívida deixada pela Administração anterior; 6. Dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal envio da lista dos sorteados que serão beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, Jaguariúna I e II; 7. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal enviar uma cópia do contrato entre a Prefeitura Municipal de Jaguariúna e a COHAB-Bandeirante, de todo o procedimento alusivo ao projeto de construção das casas populares do Jardim Pinheiros; 8. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal cópia do memorial descritivo da piscina do Parque Serra Dourada, quando terá início do funcionamento das duas piscinas e para qual

finalidade; 9. Do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal cópia dos Estatutos das Associações de bairros e das atas, das últimas eleições dos respectivos Presidentes, bem como informações sobre qual o procedimento adotado pela Secretaria de Assistência Social para cadastrar tais entidades. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco – Magrão solicitando ao Executivo Municipal construção de um Posto de Saúde no bairro Tanquinho Velho; 2. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal conceder gratificação de 50% (cinquenta por cento) por risco de morte aos motoristas de ambulância que não optaram pelo Regime Estatutário, continuando desta forma, no regime Celetista; 3. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal cascalhar a estrada da Borda da Mata, próxima da Fazenda Duas Marias; 4. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal melhorias com manutenção constante, em toda a área do Parque Américo Tonietti, no Bairro Roseira de Baixo; 5. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal limpeza de todo o mato na E.M Pref. Adone Bonetti e na Creche Maria do Carmo Martins Rodrigues, no Bairro Roseira de Cima; 6. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco – Magrão solicitando ao Executivo Municipal recuar 01 (um) metro o canteiro do Parque Linear, no balão existente entre a Vila São José e Jardim Boa Vista, no sentido Boa Vista/Vila 12 de Setembro; 7. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando ao Executivo Municipal troca das lâmpadas queimadas na Vicinal Airton Senna, que liga Jaguariúna a Santo. Antonio de Posse; 8. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal reativar o Convênio com a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Jaguariúna, autorizado pela Lei nº 1.601, de 26 de abril de 2005, que tem por objetivo a concessão de projeto de construção e/ou regularização para residência unifamiliar com área não superior a 70m<sup>2</sup>; 9. Do Sr. Luiz Carlos de Campos-Bozó solicitando ao Executivo Municipal a pintura de uma faixa de passagem de pedestre e a sinalização aérea deste dispositivo na Avenida Pacífico Moneda, em frente à portaria de entrada do Condomínio Quinta do Conde; 10. Do Sr. Luiz Carlos de Campos-Bozó solicitando ao Executivo Municipal a feitura de calçada na Av. Emílio Marconato, desde a Av. Vincenzo Granghelli, no bairro João Aldo Nassif até o Distrito Industrial; 11. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal tapar o buraco na rua José Fernando, esquina com Teodoro Rodrigues Otero, no bairro Cruzeiro do Sul; 12. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal reabrir a Farmácia 24 horas, no Hospital Municipal Walter Ferrari; 13. Do Sr. Adilson José Abracez solicitando ao

Executivo Municipal criar cinco depressões na rua Botelho, no Condomínio Residencial Ana Helena, em locais selecionados, em comum acordo com os moradores e o Órgão Municipal Competente; 14. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal operação para revitalizar o asfalto e tapar os buracos da Avenida dos Ipês, no bairro Roseira de Baixo; 15. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal construção de um reservatório de água no Bairro Roseira de Cima; 16. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Jacinto Fávero, altura do nº 131, Jardim Pinheiros; 17. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal limpeza e conservação nas ruas do bairro Floresta; 18. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal construção de lombada na rua Lopes, altura do nº 137, no bairro João Aldo Nassif; 19. Do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal estudos para que as verbas do Fundo Municipal de Habitação sejam utilizadas para resolver a problemática do muro de arrimo de algumas residências do Jardim Pinheiros; 20. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal limpeza de todos os bueiros, em especial da rua Bernardino, próximo ao nº 2.215, na Vila 12 de Setembro; 21. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal incluir um projeto cultural para o evento de montaria de touros, realizados todos os domingos em Santo Antonio de Posse, por falta de incentivos neste Município; 22. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal reforma do bueiro existente na Rua Maria Munaretti Picelli, em frente ao número 224 – Bairro Florianópolis.

Moções: 1. Dos Srs. Gerson Antonio-Gerson do Gás, Alexandre da Silva Santos-Xandy e Rodrigo da Silva Blanco-Magrão de pesar à Cidade de Santa Maria-RS pela tragédia acontecida na Boate Kiss, em 27 de janeiro de 2013, vitimando mais de 350 pessoas; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de pesar pelo passamento da Sra. Anna Berton Favaretto, ocorrido no dia 11 de fevereiro corrente, aos 79 anos de idade, nesta cidade. A seguir, foi lida a ementa do Ofício Administrativo nº 016/2013 da Escrevente Autoriza do Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos – Comarca de Jaguariúna/SP dando resposta ao Requerimento nº 007/2013 do Sr. Gerson Antonio solicitando ao Tabelião de Notas e Protestos Letras e Títulos da Comarca de Jaguariúna, para que conceda cópias de todos os protestos realizados contra a Prefeitura Municipal de Jaguariúna no ano de 2012. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as Proposituras, abaixo, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas

Resoluções n°s 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Central Park Estacionamento Digital – empresa responsável pela Zona Azul, informar quantas vagas de estacionamento digital e rotativo estão disponíveis à população e quantas vagas são para idosos e quantas são Portadores de Necessidades Especiais e onde estão localizadas exatamente as vagas, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento dos Srs. Rodrigo da Silva Blanco-Magrão, Gerson Antonio-Gerson do Gás e Alexandre da Silva Santos-Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a regularidade das casas de eventos públicas e privadas do Município de Jaguariúna, entre outras questões, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando à Concessionária Renovias colocação da sinalização de “Retorno” entre a Estrada do Condomínio das Duas Marias e o Trevo do Bairro Roseira, no sentido Mogi Mirim/Campinas, na SP-340, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando à Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. implantação de itinerário de ônibus circular urbano passando pela rua Minas Gerais até o Distrito Industrial de Jaguariúna, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre qual data está prevista para início de funcionamento do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, do bairro João Aldo Nassif, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informar relação de todas as despesas a pagar liquidadas, constando nome, número do empenho, vencimento e valor, e o real valor da dívida deixada pela Administração anterior, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal envio da lista dos sorteados que serão beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, Jaguariúna I e II, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal enviar uma cópia do contrato entre a Prefeitura Municipal de Jaguariúna e a COHAB-Bandeirante, de todo o procedimento alusivo ao projeto de construção das casas populares do Jardim Pinheiros, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal cópia do memorial descritivo da piscina do Parque Serra Dourada, quando terá início do funcionamento das duas piscinas e para

qual finalidade, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Requerimento do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal cópia dos Estatutos das Associações de bairros e das atas, das últimas eleições dos respectivos Presidentes, bem como informações sobre qual o procedimento adotado pela Secretaria de Assistência Social para cadastrar tais entidades, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 11. Moção dos Srs. Gerson Antonio-Gerson do Gás, Alexandre da Silva Santos-Xanddy e Rodrigo da Silva Blanco-Magrão de pesar à Cidade de Santa Maria-RS pela tragédia acontecida na Boate Kiss, em 27 de janeiro de 2013, vitimando mais de 350 pessoas, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 12. Moção do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de pesar pelo passamento da Sra. Anna Berton Favaretto, ocorrido no dia 11 de fevereiro corrente, aos 79 anos de idade, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres, lembrando que as inscrições desta Sessão eram as feitas na Primeira Sessão Ordinária, visto que o tempo do Expediente se esgotou e as inscrições para o uso da palavra foram transferidas para o Expediente desta Segunda Sessão Ordinária, em conformidade com o Art. 154, § 6º do Regimento Interno: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Adilson José Abruhez, Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, que a passaram; tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que desejou boa noite a todos e agradeceu a presença de todos naquela sessão legislativa; agradeceu aos Vereadores pela votação dos requerimentos, as pessoas que vieram até lá acompanhar os requerimentos que foram feitos, era uma forma de demonstrar a necessidade de cada um, de cada bairro e ele esperava que o Senhor Prefeito recebesse aquelas informações com bons olhos e atendesse as necessidades de cada um que foi feito lá, por cada Vereador, como uma forma singela aquele ato administrativo, requerendo o direito das pessoas e fazer indicações; aquela era uma simples fala dele e agradeceu pela presença de todos; houve manifestação na assembleia através de palmas; naquele momento o Presidente pediu a todos que não houvesse manifestação; fez uso da palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite a todos e fez um cumprimento especial ao nobre amigo e Ex-Vereador daquela Casa o Senhor Armando Pegorari presente naquela sessão, as senhoras e senhores presentes; ele só gostaria de enaltecer uma indicação que

ele fez mais para dar um esclarecimento aos nobres colegas; disse que a administração anterior tinha um projeto que era um convênio com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Município onde a pessoa que tinha um imóvel ou quisesse ampliar, melhorar ou mesmo construir, o Município disponibilizava um projeto tipo de uma construção de um dormitório, dois ou três dependendo das condições das pessoas que assim quisesse e o Município mantinha um convênio com a Associação dos Engenheiros, pagava um profissional para acompanhar o projeto e aquelas pessoas se beneficiavam daquilo; aqueles projetos, na verdade, atendiam uma demanda muito grande da população e a Prefeitura tinha também, junto ao Departamento da Secretaria de Promoção Social um projeto de material básico de construção, aquilo auxiliava muito e ele observava aquilo com uma solicitação muito grande por parte da população em terminar alguma coisa que estava construindo no imóvel, assim como os muros do Bairro Jardim Pinheiros aquilo seria de grande valia, porque o muro, as condições do muro, eram muros de arrimo e para quem conhecia o local era um local de difícil construção, então, tinha que ter um acompanhamento de um profissional; havendo isso tinha a segurança de todos que estavam abaixo das construções que receberiam aqueles benefícios; então, ele gostaria de pedir o encaminhamento daquela indicação ao Prefeito que reativasse, junto à Promoção Social aquele projeto que era de grande valia às pessoas que se beneficiavam, que tinham um imóvel e queriam dar uma mexida no imóvel e utilizavam daquele projeto social que existia anteriormente na Administração, então, ele gostaria de pedir que a Administração, após assumir toda a questão do Município pudesse ter recursos destinados naquela área pois iria ajudar muito às pessoas que necessitavam daquelas benfeitorias que teriam as casas, que eles sabiam das dificuldades que era para manter ainda mais as pessoas que receberam o imóvel e sabiam das dificuldades que eles tinham para fazer aquele muro que era um muro caro, além de fazer o muro tinha que ter um responsável; então, porque amanhã ou depois quem conhecia sabia da problemática que era o muro de arrimo; estava lá a solicitação dele e ele gostaria que o Executivo levasse a sério aquele pedido e que levasse aquela reivindicação a um projeto, realmente, que visasse a população; disse, ainda, que gostaria de dar os sentimentos dele à família Favaretto, à dona Anna que os deixou, desejou profundas condolências e que ela estivesse orando por eles e em um lugar que ela estivesse velando por todos de Jaguariúna; era só que ele tinha a dizer e desejou boa noite à todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo

concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados: 1. Processo CM nº 008/2013 do Executivo Municipal, Veto total oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 021/2012, que dá nova redação ao art. 2º, ao § 1º do art. 7º, e ao art. 11, da Lei Complementar nº 172/2010, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Empresas e Saneamento de Débitos dos Contribuintes perante a Fazenda Municipal – REFIS, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art.50, § 1º, XIII do R.I. para rejeição do veto). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação – contrário ao veto. Em Discussão, o Sr. Presidente passou os trabalhos da Mesa para o Vereador Adilson José Abracez; desejando boa noite o Vereador Alfredo Chiavegato Neto pediu aos nobres colegas o apoio à derrubada do veto porque como dizia no parecer, o projeto do REFIS, havia nele uma rotina, anualmente, de ser encaminhado a Casa para que todo ano foi estendido o prazo para o ano vindouro e, na última vez que foi encaminhado a Casa, a Câmara de Vereadores fez uma emenda da qual reduzia os honorários advocatícios que no projeto de lei era na monta de cinco por cento e o Executivo tinha elevado para dez por cento; foi feita uma emenda reduzindo para um por cento os honorários advocatícios, em virtude disso o Prefeito vetou todo o projeto; disse que as pessoas que estavam querendo pleitear o REFIS, ele esperava que não fosse de uma forma corriqueira e que todo ano acontecesse mas, num momento como daquela noite era importante que conseguissem atrair contribuintes em virtude daquilo que o projeto estava propondo às pessoas, então ele pediu a todos que derrubassem o veto porque seria de muita importância aquele projeto de lei para que os cofres públicos pudesse receber algo a mais, então, ele pediu todos o apoio; disse ainda que na discussão iria colocar em votação o veto e ele pediu a todos que votassem não ao veto; a seguir, em votação o Processo CM nº 008/2013 do Executivo Municipal, Veto total oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 021/2012, que dá nova redação ao art. 2º, ao § 1º do art. 7º, e ao art. 11, da Lei Complementar nº 172/2010, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Empresas e Saneamento de Débitos dos Contribuintes perante a Fazenda Municipal – REFIS, e dá outras

providências, foi o mesmo veto rejeitado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2013, dos Srs. David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina e Luiz Carlos de Campos que decreta a nulidade do Decreto Legislativo nº 212, de 19 de outubro de 2011, e dá outra providência. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: por analogia ao Art.50, § 2º, I do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao projeto. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos, em especial cumprimentou a todos pela participação, aos nobres Vereadores, aos funcionários, e disse que ele estava na Tribuna e faria sempre para que ele pudesse justificar o seu voto, sua convicção, daquilo que ele estava decidindo para o Município de Jaguariúna; disse que a Câmara renovou mais de setenta por cento dos seus Vereadores, e isso devia à falta de credibilidade que a Câmara anterior tinha junto à população, junto aos eleitores de Jaguariúna; disse que a interferência de pessoas estranhas e, principalmente, do Poder Executivo, sobre uma maioria dos membros desta Câmara, distorceu e fez com que a soberania desta Casa fosse afetada, maculada, e, acreditava que, mortalmente, ferida, e que era lógico que se a população, os eleitores, mudaram os elementos que estavam ali na Câmara, era porque não estavam contentes e não estavam satisfeitos, com a postura desses Vereadores, e que ele que esteve ali na assembleia, com o povo, ali naqueles quatro anos, ficava indignado, porque eles tinham uma previsibilidade dos votos, era entrar na Casa, e sabiam quantos votos seriam “sim” e quantos votos seriam contra, e isso era a pior coisa que podia ter para a reputação de uma Casa de Leis, porque o que se discutia, era lei, e cada lei era diferente da outra, e cada postura de Vereador, ela iria ser influenciada pela lei, pelo comando dessa lei, e não já pelo comando do Poder Executivo que mandava a lei, e que a votação era feita por quem pleiteava a lei, e não pela lei em si; disse que naquele dia ele estava favorável àquele Decreto Legislativo, porque ele também era favorável, deles revogarem muitas leis, muitos artigos, muitas coisas que tinham sido feitas nesta Câmara, e que eles estavam ali para renovar e corrigir, portanto, ele tinha a convicção que eles deviam refazer essa votação, e que estava convicto e assumia essa responsabilidade com a maior tranquilidade; agradeceu; (houve manifestações na assembleia, e o Sr. Presidente pediu a todos que não se manifestassem, por favor, e que era para falarem depois com seu Vereador, senão iriam conturbar a sessão); a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, ao Presidente, dizendo que se sentia honrado em poder estar ali, naquele dia, depois de ver todo esse processo de ilegalidade que houve nesta Casa; disse

que, há dois anos atrás ele estava sentado onde os presentes estavam, e viu acontecer a maior irresponsabilidade e a maior bagunça que poderia acontecer nesta Casa, e acreditava que nunca mais iria acontecer isso, e como tinha dito o Adilson aconteceu aquela renovação; disse que acompanhou de perto, e que aquele decreto era, simplesmente, a resposta para o povo e para a Cidade; disse que ali não estava sendo votado, naquele dia, as contas do Prefeito, nem voltando atrás da decisão tomada, simplesmente, ele iria ter sua ampla defesa e falar o que, realmente, aconteceu, poder vir na Câmara e explicar o que aconteceu, realmente, em dois mil e sete, e que isso não aconteceu, a Casa, simplesmente, ficou fechada, trabalhavam ali, eram votos certos, votos contados, e que isso era uma falta de respeito com o povo, o povo vinha, tinha acompanhado quatro anos esta Casa de Leis, e não houve um minutos de respeito com a população, essa população que não foi escutada, eram três Vereadores que brigavam no Plenário, e simplesmente falavam, mas não significava nada; disse que aquele Decreto, naquele dia, era simplesmente para a população, para o povo desta Cidade poder ver o que, realmente, aconteceu, se houve erro, se não houve erro, se foi um erro contábil, se houve dolo, se não houve; disse que tinha certeza que a Casa iria abrir as portas para a defesa, iria abrir a porta para a acusação, para falar, realmente, o que tinha acontecido em dois mil e sete, e que simplesmente, era um voto de justiça, e por isso ele era a favor do Decreto; (houve manifestações na assembleia com aplausos, e o Sr. Presidente pediu para que não se expressassem, porque ele não queria o embate eleitoral ou político, cada um tinha sua afinidades, e pediu para que se respeitassem a todos, pediu por favor); a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos mais uma vez, parabenizando seu colega que o antecedeu, o Adilson, o David, pelas colocações referente ao Processo, e que gostaria de deixar bem claro, que a responsabilidade deles, de todos os Vereadores nesta questão, era muito importante, porque cada legislação, cada decreto, visava sua função social, e a função social era reparar um dano que foi cometido a um ente público, um ente político, que gerou uma série de dificuldades à população, e uma série de descréditos e preocupações aí no período eleitoral, e, em decorrência disso, muitas pessoas ficaram apreensivas, e o pior de tudo isso, quem ficava atingido eram os serviços públicos, a cidade não ia para frente, e a população deixou bem claro isso, dia sete de outubro, nessa mudança, essa necessidade iria ser analisada em outro momento, disse ao Sr. Presidente, a questão do mérito das contas, mas a questão regimental, e que era um absurdo eles observarem pessoas tendo cerceamento do direito de defesa de qualquer procedimento, advogados não

terem acesso a procedimentos administrativos e que isso era inadmissível em qualquer meio jurídico, em qualquer procedimento, em qualquer processo, e que isso, efetivamente, era inaceitável, e se ocorreu isso de uma forma eleitoreira, isso tinha que ser reanalisado por eles, e que ficava triste, que tinha olhado ali no Livro de Registro de Atas e que não viu pessoas que motivaram esses atos, e inscritos na tribuna, para defender e fundamentar as suas decisões anteriormente tomadas, e que via essa decisão como uma situação eleitoreira, e que não podiam taxar mais uma vez esta Casa como uma “casa de comadre”, para ficar com acordos eleitoreiros e prejudicando a população, e serviços públicos sendo afetados; disse que tinha analisado situações de flagrantes, infrações na situação de precedentes regimentais de nulidade, e que votava favorável à anulação desse Decreto, e à reanálise desse processo, e que se o Prefeito, se ele fosse culpado, que ele fosse efetivamente, punido, e servisse de exemplo para outros prefeitos, mas que ele também manifestava, disse ao Sr. Presidente, a possibilidade deles acelerarem aquele processo, até que servisse de exemplo, respeitando o Poder Judiciário de suas decisões, mas que eles atendessem à reivindicação da população, que a análise fosse exclusiva ao quesito lá da aplicação da verba que foi discutida, e num prazo anterior de noventa dias, eles discutissem isso, e acabassem de vez com esse impasse, e a cidade pudesse progredir, e pudesse acompanhar, com o representante que foi eleito, pela maioria da população, e agradeceu pela atenção de todos; (havendo manifestações na assembleia, o Sr. Presidente pediu, por favor, para que não houvesse manifestações, que respeitassem, por favor, e que pedia, encarecidamente, para respeitarem, e que deixassem as manifestações para o final); a seguir, pediu a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que cumprimentou a todos, colegas, amigos, pessoas presentes, funcionários, e que seu parecer, buscando informações, depois que se tornou Vereador, dentro desta Casa de Leis, buscando informações com o Jurídico, buscando informações com os funcionários, ex Vereadores, que naquele dia tinha a oportunidade, ali eleitos, e disse a todos, que percebeu que houve um escanteamento do Jurídico da Casa, coisa que não poderia acontecer, teve um escanteamento, uma retirada de funcionários, e hoje, com essa oportunidade, antes ele estava na assembleia, e que com a oportunidade que ele tinha naquele dia, assim como, acreditar entre um e outros, queria fazer o seu parecer, queria fazer parte dessa reanálise desse processo, e assim, se houve dolo, se houve alguma posição que feria à população, e houve alguma retirada, entre outras, “roubo”, ele queria punir, dali noventa dias, ou pedir o aceleração desse veredito final, aí sim, tomaria sua decisão necessária, porque aí estaria vendo as

vistas do que, realmente, tinha acontecido, e que sua posição era favorável, e que queria participar dessa reanálise, agradeceu; (houve manifestações na assembleia com aplausos, e o Sr. Presidente solicitou que não houvesse manifestações); a seguir, pediu a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos, dizendo que ela tinha pensado muito no que ela iria falar, pediu até ajuda, e encontrou o seu texto, e disse: “o tempo esclarece dúvidas; o tempo mostra outros ângulos de uma questão; o tempo ensina, o tempo resolve, o tempo cura; o tempo prova e comprova; o tempo responde perguntas que ficaram sem respostas; o tempo muda nossos pensamentos, e condutas; o tempo pondera; o tempo só não pode mudar e transformar uma coisa: a verdade, ela é absoluta.” Disse que o tempo a trouxe, novamente, na Casa, o tempo lhe deu a oportunidade de ratificar a opinião, que nem mesmo a ação dele nela pôde mudar, portanto, sua posição era clara, como sempre foi, ela estava tendo a oportunidade de dizer o “sim” que ela deveria ter dito, lá atrás, e não disse; agradeceu; (houve manifestações na assembleia com aplausos); a seguir, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, Presidente, Vereadores, funcionários, população presente, dizendo que poucas pessoas ali, naquele Plenário, iria ter a chance de votar aquelas contas; disse que, anteriormente, tinha votado, defendendo o que acreditava e acreditava, com conhecimento profundo, porque tinham passado muito sufoco dentro desta Casa, e no dia da votação, com seguranças, seguranças entre aspas, e que tinham sofrido bastante ali dentro; disse que queria ali enaltecer os Vereadores que tinham utilizado aquela tribuna, para dizer que houve muita injustiça nas Contas de dois mil e sete, e que eles podiam ter certeza que, analisando profundamente as Contas, se Deus quisesse iriam ter essa nova oportunidade, não foi respeitado o Regimento Interno desta Casa, não foi respeitada a Lei Orgânica do Município, não foi respeitado nem o Requerimento que os próprios Vereadores aprovaram com maioria, que as Contas teriam que ficar para ser votado no exercício de dois mil e doze, Requerimento cento e quatro; disse que a falta do trânsito em julgado, porque as Contas quando tinham chegado na Casa, não tinham terminado o recurso, ainda, elas foram antecipadas para serem trazidas aqui; comentou que o cerceamento de defesa foi brutal, foi uma desconstituição de relatores, e que isso iria ficar evidenciado; disse que a Justiça, às vezes, ela podia tardar, mas não falhava; disse, naquele dia, que no processo cento e sessenta e três de dois mil e treze, no qual, Dr. Airton Braulino Jorge, Antonio Sérgio Pires Bergamasco, Luiz Carlos Montagner (Luizinho do Óleo), Maria Nalva Vieira Gama, tentaram impedir para que houvesse essa votação, e que isso estava no

Fórum, era público, e foi negado o pedido de liminar; agradeceu a Deus por aquela nova oportunidade, e disse ao Zidane que ele estava correto, setenta por cento da Câmara Municipal foi mudada, mas o Executivo também foi, e que eles tinham que pensar bem, também, que a vontade do povo, era a vontade de Deus, e que se a população não estava contente, e pediu, novamente, a presença do Prefeito Tarcisio, pela quinta vez, achava que eles tinham que analisar com carinho; agradeceu muito a Deus por esta nova oportunidade; desejou boa noite; (houve manifestações na assembleia com aplausos, e o Sr. Presidente continuou pedindo a não manifestação naqueles momentos); a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Gustavo Gothardo que cumprimentou a todos, ao Presidente, à Mesa, aos Vereadores e toda assembleia, dizendo que no dia anterior, eles estiveram ali nas Comissões, e tinha sido mais que comprovado, e que ele não participou da outra votação, mas participou com eles, no público, disse que achou um absurdo, e que tinha uma formação em Direito, ele não advogava, mas era formado, e o que foi feito no outro processo, achava uma injustiça o trâmite que foi tomado, o desrespeito ao Corpo Jurídico da Câmara, que não foi nem consultado, e do o Regimento Interno; disse que sabia que todos os Vereadores já tinham falado, mas que ele tinha que deixar sua posição, e que votava favorável; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, em especial aos presentes na assembleia, e fez um convite especial a eles, que todas as terças-feiras, as três primeiras do mês aconteciam as sessões, e convidou a todos que participassem com eles, ali, que era muito importante, muito bacana, e que gostaria ali de colocar sua votação, que era favorável para eles fazerem aquela discussão, e ter ali o espaço para eles analisarem e fazerem da Casa uma verdadeira Casa de Leis, e depois de todos os Colegas que já tinham usado a palavra, não cabia a ele ficar falando ainda mais, e todos os Colegas ali falaram o que, realmente, aconteceu, e que achava que a Casa, como renovada que foi, eles tinham, por obrigação, rever essas contas, e analisar, pois sabiam ali, como o Fabinho tinha falado, as urnas provaram, as urnas mostraram, eram cinco mandatos, e eles tinham que analisar e acreditava que, antes de noventa dias, eles estariam com aquelas contas em dia; agradeceu a todos, que Deus abençoasse a todos e ficava aberto o convite para todos; desejou boa noite e agradeceu; a seguir o Sr. Presidente disse que, antes dele colocar o projeto de Decreto Legislativo em votação, deixou claro que a votação era por maioria qualificada, ou seja, dois terços dos membros da Câmara; o Sr. William de Souza Silva pediu, novamente, a palavra, novamente, dizendo ao Sr. Presidente que verificasse as questões de nulidade daquele projeto, e não sabia se havia o

impedimento do voto do Sr. Presidente, naquela questão, que podia alegar favorecimentos, e que essas questões eles tinham que observar, para isso não virar um alarde jurídico, em situações aí, e que gostaria de observar no Regimento esta questão; o Sr. Presidente disse que o nobre Vereador estava correto, mas como a maioria qualificada pedia o voto do Presidente, ele iria tomar suas devidas precauções no momento do voto, tudo bem, perguntou; disse que ele compactuava com a preocupação dele. A seguir, em votação foi o referido Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2013, dos Srs. David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina e Luiz Carlos de Campos que decreta a nulidade do Decreto Legislativo nº 212, de 19 de outubro de 2011, e dá outra providência, aprovado por doze votos favoráveis, sendo uma abstenção; por exigir maioria qualificada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2013, por analogia ao Art. 50, §2º, I, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o Art, 23, II, “2” do Regimento Interno, cc Art.31, Parágrafo Único, II, da Lei Orgânica do Município, porém, no momento da votação o Sr. Presidente absteve-se de votar; assim, referido projeto de Decreto Legislativo nº 001/2013 foi aprovado por doze votos favoráveis, sendo uma abstenção do Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Vereador William de Souza Silva dizendo ao Presidente e aos nobres Vereadores que ele só queria justificar, através da Explicação Pessoal uma conduta dele respeitando a decisão dos Vereadores como o nobre colega Fábio Augusto Pina, ele tinha votado contrário na situação porque como havia alguns acordos antes da Sessão para não colocar indicações, requerimentos quando tivessem aqueles projetos que demandavam um pouco mais de tempo, que pudesse otimizar o trabalho daquela Casa, porque às vezes faziam algumas indicações que as pessoas se deslocava até aquela Casa, ficavam no Plenário e deixava de fazer a leitura, explicar para a população algumas questões que estavam na pauta deixava de exercer o procedimento legislativo e acabava prejudicando as pessoas que se deslocavam até a sessão, então, ele gostaria de pedir aos nobres colegas que não tomassem aquelas atitudes e se tivesse aqueles procedimentos que retirassem aquelas indicações e colocassem na próxima sessão; agradeceu pela atenção; a seguir, tomou a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que passou os trabalhos da Mesa ao Vice-Presidente Adilson José Abracez; na tribuna, desejando boa noite à todos disse que para ele era uma satisfação impar estar lá falando a respeito daquilo que foi decidido pela Casa, porque assim como ele, o

Vereador Fábio Augusto Pina, tiveram a oportunidade de participar do processo da qual culminou com a rejeição das contas de dois mil e sete, no ano de dois mil e onze; disse que foram tantos cerceamentos de defesa que ficaria até chato de estar falando o que aconteceu, realmente, naquela Casa mas, ele gostaria de citar que ele nunca tinha visto aquilo numa Câmara de Vereadores, a participação da Administração junto aquela Casa, naquela época da qual ele e o Vereador Fábio Augusto Pina participava, haja visto, a votação que ocorreu naquele dia, dia dezoito de outubro, se ele não estivesse enganado, onde a sempre amiga que acompanhava as sessões, teve o desprazer de estar filmando o que ocorria naquela Casa; então, para quem quisesse saber daquilo que ocorreu naquele dia era só pegar a fita que se encontrava gravada todas as sessões, realmente, aquela Câmara foi cercada por um ônibus de gorilas, no bom sentido da palavra, de pessoas que vieram lá tentar inibir os Vereadores de exporem ou falarem, aquilo era o cúmulo, era a prerrogativa deles falar e foram inibidos de falar de tanta preocupação que ocorreu naquele dia; tiveram Vereadores sendo intimados ou não comparecer ou votar contrário, tendo a integridade física sendo abaladas, tanto a física como mentalmente; então, foi, realmente, um absurdo aquilo que foi provocado para que aquelas contas fossem rejeitadas, infelizmente, aquilo ocorreu e no momento, graças à Câmara de Vereadores, graças à população que elegeu aquela Casa, que elegeu o Prefeito que ali estava e nas andanças deles, durante as pregações deles no processo eleitoral, eles falavam que iriam reverter aquilo e falavam à população que tudo sairia esclarecido, o pai dele queria somente, pediu desculpa, o Prefeito queria somente o direito de resposta e era aquilo que ele esperava que a Casa desse; disse, ainda, que a Lei de Responsabilidade Fiscal tinha mudado justamente para que a pessoa fosse punida por ato doloso de improbidade administrativa, o que aquilo significava?, roubo, realmente, tinha que ver se teve o ato doloso, era aquilo que a Casa tinha que esclarecer, o fato de ter um conta rejeitada não deixava um político inelegível, ele tinha duas contas rejeitadas, teve duas, como Presidente daquela Casa, ele devolveu o dinheiro no momento e o Tribunal de Contas não se ateu à devolução dele e rejeitou as contas dele, entrou com pedido de revisão de julgado e mesmo assim, não voltaram atrás, eles erraram e mesmo assim ele foi condenado, o sim foi para o Ministério Público e o Ministério Público tinha tomado as devidas providências e acabou ele ainda, tendo os direitos políticos sendo preservados até aquele momento; então, o fato era o seguinte: os direitos políticos tinham que ser preservados, a população era soberana e aquilo que a população decidiu em sete de outubro, eles estavam lá dando condição a ela e, principalmente, condição

administrativa para que o Prefeito tomasse atitudes, se naquele momento estavam votando a nulidade daquele decreto era porque, além de terem perdido a eleição, perdido no Supremo Tribunal Eleitoral, entraram com um novo processo tentando rever a diplomação do Prefeito e do Vice-Prefeito da Cidade, aquilo dava uma dificuldade para quem estava à frente da administração de pensar os problemas da administração e tinha que pensar no problema daquilo que poderia acontecer num futuro próximo, ou seja, uma nova eleição; então, eles estavam dando com isso, a condição disso que a população tinha decidido, que era dar o direito dos administradores provar o trabalho deles até o final do mandato dado pela população, se dali à quatro anos, tudo aquilo que foi dito, realmente, não foi concretizado, não foi aquilo que a população queria, ela era soberana para poder excluir do certame aquilo que não queria como administrador do Município; então, ele ficava, realmente, agradecido dos votos dos colegas; disse que tinha uma admiração por todos, tiveram a oportunidade de conversar, todos tiveram a oportunidade de ver, ele teve a oportunidade de conversar com determinadas pessoas e, depois esclarecer através da pessoa que tinha sido o mentor daquela votação de dois mil e onze, ela mesma disse a determinadas pessoas da forma que agiram para que aquela conta fosse rejeitada; então, aquilo não foi condizente com o trabalho daquela Casa, realmente, aquilo foi uma ingerência, o fato da Câmara Municipal ter contratado um outro advogado, um não, foram três advogados, para fazer todo o processo culminando na rejeição das contas, já era um fato que desabonava aquele Decreto Legislativo, não era verdade, disse ao Vereador Fábio Augusto Pina, tiveram um requerimento, porque ainda existia no Regimento Interno uma determinação que falava o seguinte: quando as contas chegavam na Câmara, ela tinha que ficar sessenta dias a disposição da população só que não falava se era depois de votado ou era antes de votar, havia um entendimento que eles achavam que seria antes de ser votado, porque não adiantava nada votar e depois ficar a disposição da população; então, foi votado um requerimento da qual as contas ficariam à disposição pelo período, pelo exercício financeiro que desse entrada na Casa, como tinha entrado em dois mil e onze foi aprovado pelo Plenário que o projeto ficaria à disposição da população até janeiro de dois mil e doze, foi aprovado aquele requerimento, tanto que ele e o Vereador Fábio Augusto Pina estavam na condição de membros da Comissão de Constituição de Orçamento e não exerceram o parecer deles, porque achavam que estavam no prazo; infelizmente, o Presidente da época determinou um relator especial que foi uma Vereadora, que na época era uma Vereadora no modo de ver dele, substituía a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco, ela não tinha

condições de ser uma relatora especial, muito menos, poderia participar de uma comissão, um suplente a Vereador não poderia participar de comissão da Câmara, quem dera ser um relator especial de um projeto de tal envergadura, exclamou; então, aquilo tinha acontecido, o projeto foi à votação, teve uma primeira votação que seria feita em determinado dia, entraram como tentaram entrar com uma nova liminar proibindo a votação e conseguiram porque a pauta não tinha dado publicidade a ela, enfim, depois da semana posterior fizeram uma grande mobilização que, realmente, fez aquela Câmara passar por cordeirinho numa situação que foi proposta naquele momento; sinceramente, ele nunca tinha visto aquilo em dezesseis anos de vereança; ele esperava que aquela Casa trouxesse para ela a responsabilidade e o respeito novamente, como foi dito pelo nobre colega Adilson José Abracez, o respeito nas decisões e na soberania, era aquilo que ele esperava e faria de tudo para que ocorresse daquela forma e que as ingerências acontecessem ou não acontecessem nunca naquela Casa, que ela fosse soberana, que cada Vereador tivesse a oportunidade de expressar o voto como bem entendesse; então, para ele e acreditava para a Administração, foi algo de grande valia que eles propuseram naquela noite, ele tinha certeza que para eles, não só como administrador, mas como pessoas que passaram por aquele processo, achando e como foi pintado o que a pessoa que estava disputando uma eleição era ficha suja, aquilo para ele não descia, enfim, foi muito triste acompanhar todo um processo eleitoral levando na bagagem aquele cognome; então, tinha sido injusto, eles sabiam daquilo que o pai dele fez ao longo da carreira política em Jaguariúna, ele poderia dizer que ladrão ele não era, nunca foi e nunca seria, aquilo ele tinha a certeza; tinha todos os defeitos poderia ser coronel como era, diziam que ele, Vereador, era coronelzinho, também, poderia ser uma pessoa, realmente, autoritária porque sabia onde queria chegar e assumia as responsabilidades; disse que ele era difícil, realmente, cobrava das pessoas, era difícil lidar com ele mas, de todas as virtudes que ele poderia ter, ele tinha certeza que a melhor era a honestidade, aquilo não era virtude, já nascia daquela forma; existia o desonesto, todo mundo era honesto até que provasse o contrário; então ele esperava que, realmente, tivesse mais tranquilidade de colocar o Município, novament, nos trilhos que precisava por, eles sabiam das dificuldades, não adiantava ficar brigando politicamente, o processo eleitoral tinha acabado, para começar o processo eleitoral tinha demorado sete meses em Jaguariúna, foi um parto, foi triste para todo mundo; disse que ele esperava que absorvessem forças para fazer o Município crescer, era aquilo que precisavam fazer, trabalhar; era aquilo que precisavam dar e aquela Câmara precisa dar condições, paz e tranquilidade

para que o Prefeito exercesse as condições de programa de Governo, era aquilo que a Câmara tinha que fazer e cobrar, tinha que cobrar, eles estavam com problema de roçagem de mato em parques, praças públicas, ruas com buracos, aquilo nunca tinha acontecido em Jaguariúna, era inadmissível estar cobrando coisas tão superficiais que estavam à vista de todo mundo, sendo que eram coisas corriqueiras que se fazia no dia a dia; tiveram uma conversa recentemente, o caixa do Município já estava sendo totalmente sanado, ele achava que mais um mês as coisas conseguiriam tomar outro rumo, as pessoas estavam sendo nomeadas para poder seguir e tocar o processo administrativo adiante, ele esperava um pouquinho mais de paciência, mas ele acreditava que num pequeno espaço de tempo, pudessem dar à população a resposta que foi dada às pessoas que foram eleitas; ele agradecia do fundo do coração a todo mundo que esteve lá votando e dando aquela oportunidade, ele tinha visto na matéria do “Todo Dia”, o Gustavo estava lá, que um professor da PUCC tinha falado que era uma coisa inédita, nunca vista; ele voltava a dizer o seguinte e ele sempre tinha escutado lá, a Câmara era soberana nas decisões dela, ele acreditava que a Justiça condenou muitos inocentes e tinha voltado atrás, a Câmara, realmente, tinha as mesmas funções e ela poderia, realmente, absolver ou punir aqueles que eles achavam que, realmente, não mereciam, então, aquela Casa estava tentando fazer aquele papel, aquilo tudo dentro de situações que eram claras, ninguém estava inventando nada, ninguém estava fazendo um jogo político, era tudo que aconteceu, se ele era suspeito para falar, estavam lá todos os funcionários que poderiam falar em nome dele, o pessoal do Departamento Jurídico, o Vereador Fábio Augusto Pina, Vereadores da antiga gestão, ele teve a oportunidade de receber telefonemas de Vereadores que dispuseram até a testemunhar com a situação que ocorreu, tiveram cárcere privado, teve Vereador que tinha ficado preso em hotel e chegou só na hora da votação para ver o tamanho do absurdo que aquela Casa passou para que, realmente, tivesse a possibilidade de deixar fora de um certame eleitoral uma pessoa que, se estava feito a questão das contas, a Câmara teria que estar lá para analisar direitinho e a Câmara não tinha dado aquela oportunidade; ele voltou a agradecer à todos do fundo do coração pela oportunidade que foi dada, não foi ao Prefeito que estava lá, foi à cidade de Jaguariúna caminhar novamente e tentar recuperar o tempo perdido; agradeceu. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezoito de fevereiro de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezoito e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Referente à Ata da 2ª Sessão Ordinária, realizada aos 14 de fevereiro de 2013.-

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto**  
**Presidente**

**Vereador Adilson José Abracez**  
**Vice Presidente**

**Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco**  
**Primeira Secretária**

**Vereador Ângelo Roberto Torres**  
**Segundo Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

